

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: O que é fascismo?	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Governo Temer veta compensação maior para exportadores.....	3
Título: Governo ampliará mercado livre de energia em 2019	4
Título: ENTREVISTA - Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda	5
Título: Vencedora de leilão da Eletrobras trava disputa com gigantes de combustíveis	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Eletrobrás avança na venda de distribuidoras.....	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: O dever de agir.....	10
Título: Preços livres	12
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Energia: custo é desafio	14
Título: Amazonas Energia terá sócios do setor financeiro	15
Título: Aval do TCU basta para cessão onerosa, diz Félix	16
Título: Com receita de R\$ 2,4 bilhões em 2018, Comerc diversifica e aposta em baterias....	17
Título: Retomada de obras, desestatizações e relação com caminhoneiros são prioridades	19
Título: Crise fiscal se aprofunda com desrespeito à LRF	20
Título: Curtas	22
Título: Avianca pede recuperação judicial e não perde aviões.....	24
Título: Mercados patinam em dia de instabilidade	26

VEÍCULO: O Globo**Data: 12/12/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: O que é fascismo?**

O Google divulga, hoje, a lista dos assuntos mais buscados pelos brasileiros durante todo o ano de 2018 (até agora, claro). Na lista do “O que é...?”, o 1º lugar ficou com “O que é fascismo?”, seguido por “O que é intervenção militar?”, “O que é lúpulo?”, “O que é Ursal?” e “O que é Corpus Christi?”.

Segue...

Um bom resumo do que foi o ano no país: três perguntas sobre política, uma sobre cerveja e uma sobre religião (ou feriado, depende de como você vê).

Caso Orlando Diniz

O Carf devolveu a imunidade tributária ao Sistema S, evitando assim multa de uns R\$ 500 milhões. Havia sido cassada pela Receita após a prisão, em fevereiro, de Orlando Diniz, que presidia a Fecomércio do Rio e, segundo a Lava-Jato, usava dinheiro público para outras finalidades que não aquelas do Sistema S.

O óleo diesel S-500

Após nova queda, o preço do óleo diesel caiu 2,03% em relação à semana anterior. Voltou a um valor inferior ao que tinha antes da greve dos caminhoneiros, em maio.

O poder separa

Há muito tremor na equipe que cuida da transição de governo no Rio, que passa informações ao grupo do futuro governador, Wilson Witzel. Há queixas e desconfiança de todos os lados.

‘Selfie’ com as artistas

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, tirou um autorretrato com artistas do 342 Amazônia, que foram ontem a Brasília acompanhar, na Câmara, a aprovação do projeto que aumenta a pena em casos de maus-tratos a animais. Agora, o texto segue para o Senado. No grupo de atrizes: Paula Burlamaqui, Lucy Ramos, Laura Neiva, Nathalia Dill, Paola Oliveira, Paula Lavigne e Luisa Mell.

IMPORTANDO O QUE HÁ DE PIOR

Não foi só o atentado contra Bolsonaro e este, agora, na Catedral de Campinas. Com tanta coisa boa para se importar dos EUA, o Brasil parece querer imitar o que há de pior por lá.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 12/12/2018**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Governo Temer veta compensação maior para exportadores

O governo Michel Temer vetou o aumento da alíquota do mecanismo de compensação tributária de exportações conhecido como Reintegra, na sanção publicada nesta terça-feira (11) do programa de incentivo à indústria automotiva Rota 2030.

O aumento da alíquota, de 0,1% para 2 a 5%, estava incluída no texto do Rota2030 enviado à sanção. Na prática, isso aumentaria a compensação que os exportadores poderiam receber devido aos impostos pagos nas exportações.

Na semana passada, o presidente do IABr (Instituto Aço Brasil), Marco Pollo de Mello Lopes, afirmou que o texto do Rota 2030 incluía alíquotas que seriam definidas de acordo com a capacidade de cada setor em demonstrar resíduos tributários gerados na cadeia produtiva, que incidem sobre suas exportações.

“Agora voltamos à estaca zero”, disse Lopes ao ser questionado sobre o assunto.

“Teremos que voltar com isso junto ao novo governo.” O Reintegra é uma pauta comum do IABr e de uma série de outros setores industriais do país, incluindo químico, têxtil e automotivo.

Entre as medidas para obter recursos para bancar subsídios ao preço do diesel após a paralisação dos caminhoneiros em maio, o governo Temer reduziu a alíquota do Reintegra.

A maior parte da cobertura do subsídio ao diesel foi retirada da redução da alíquota do Reintegra de 2% para 0,1%, o que deve render aos cofres públicos R\$ 2,27 bilhões em 2018.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/12/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Governo ampliará mercado livre de energia em 2019

O Ministério de Minas e energia publicou, nesta terça-feira (11), uma portaria que reduz a partir de 2019 exigências para que empresas passem a operar no chamado mercado livre de eletricidade, no qual grandes consumidores, como indústrias, podem negociar contratos de energia diretamente com geradores e comercializadoras.

Com a nova regra, consumidores de energia com carga superior a 2,5 megawatts poderão negociar livremente seu suprimento, reduzindo uma exigência atual de 3 megawatts.

Pelas regras até então vigentes no setor elétrico, consumidores com carga entre 0,5 megawatt e 3 megawatts apenas podem operar no mercado livre de eletricidade com a compra de contratos de fontes renováveis, conhecidos no mercado como “energia incentivada”.

No mercado livre, os preços dos contratos são negociados livremente entre as partes —diferentemente do chamado mercado regulado, em que se enquadram as residências e no qual a energia é comprada das distribuidoras.

O limite para acesso ao mercado livre ainda será novamente reduzido a partir de 1º de janeiro de 2020, quando o limite cairá para uma carga de 2 megawatts, segundo a portaria.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 12/12/2018**Seção:** Política**Autor:** A.F. e COLABOROU PEDRO VENCESLAU**Título:** ENTREVISTA - Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda

‘A dívida é elevada e há o desafio da Previdência’

Futuro secretário da Fazenda no governo João Doria, o ex-ministro Henrique Meirelles afirmou que São Paulo oferece condições para atrair capital de investidores privados para projetos de concessão e privatização. Questionado sobre a possibilidade de vender o controle da Sabesp, ele disse que o assunto pode ser avaliado. "Mas, se não privatizada em termos de controle, certamente uma entrada de capital maior dentro da estrutura da empresa", afirmou ele, ao Estado. Segundo ele, entre seus desafios no novo cargo está a administração da dívida pública e da Previdência dos servidores estaduais. Meirelles, que teve 1% dos votos nas eleições presidenciais, elogiou a "sinalização" dada pelo governo Bolsonaro na economia – de abertura da economia e busca de equilíbrio fiscal. "Está seguindo o que lançamos."

O senhor disse que será secretário para poder continuar servindo ao País. Por que demorou, então, para se decidir?

Para poder conhecer o escopo do trabalho. Tinha de avaliar com cuidado para não tomar nenhuma decisão por impulso.

O senhor já tomou conhecimento da situação financeira do governo paulista?

Dentro do Ministério da Fazenda, já tinha uma certa visão. Fiz lá todo o processo de renegociação das dívidas dos Estados, inclusive de São Paulo. Não se trata de um Estado com situação financeira como alguns de insolvência prática, não, mas a dívida (pública) é elevada e existem desafios grandes, como na Previdência estadual.

Mas há um modelo de Previdência complementar desde 2011. Pode modificá-lo?

Vou avaliar isso, ainda mais diante de uma reforma da Previdência federal. Precisamos gerar recursos aqui para controlar a dívida e investir naquilo que é importante, como segurança, saúde e educação. Isso além das oportunidades muito grandes que temos em investimentos de infraestrutura.

O governo João Doria herdará um pacote de R\$ 23 bilhões em possíveis concessões. O senhor pretende implementá-lo?

Acho que esse será o grande momento de São Paulo para atrair recursos da iniciativa privada. Nesse tempo todo que viajei para falar com investidores sobre o Brasil, sempre percebi uma disponibilidade grande para investir em São Paulo em função de sua capacidade de consumo, parque industrial, mão de obra qualificada, canais de distribuição. Não só em concessões, mas privatizações. Principalmente rodovias, portos, alguma coisa na área de energia.

O senhor é favorável à privatização da Sabesp?

Vamos estudar. E ver até que ponto isso pode ser necessário e positivo. Mas, se não privatizada em termos de controle, certamente uma entrada de capital maior dentro da estrutura da empresa. É uma direção, mas vamos aguardar.

O ex-governador Geraldo Alckmin reclamava que o governo Temer não repassava recursos para obras importantes no Estado, como Rodoanel e Metrô. Agora, do outro lado do balcão, como fará para buscar essas verbas?

Evidentemente que existiam razões técnicas para essa não liberação e de diversas ordens, como disponibilidade de recursos da União e enquadramento dos projetos. Não existe essa decisão no Ministério da Fazenda de repassar para cá e não para lá. Há normativas e vamos nos debruçar sobre isso e negociar com o novo governo. Agora, é o que dizíamos lá atrás: no momento em que se aprova a Previdência, se abre espaço para uma série de coisas como novos repasses para os Estados.

Como avalia o superministério da Fazenda criado por Bolsonaro? E Paulo Guedes?

Acho uma boa escolha. A sinalização que tem dado é certa, de abertura da economia, privatização, desestatização e, basicamente, com propostas que já fizemos de equilíbrio fiscal, reformas. Está seguindo o que lançamos.

O senhor vê uma continuidade?

Acredito que sim.

O senhor não conseguiu aprovar a reforma da Previdência mesmo negociando com bancadas e deputados um a um. Acha que a decisão de Bolsonaro de tratar com frentes parlamentares facilita ou dificulta?

O País amadureceu essa discussão. Não se vai começar do zero. Vamos aguardar, ver como vai ser agora. Eu fazia reuniões com partidos, mas também

com bancadas, como a ruralista e a da mulher. Mas estivemos muito próximos de aprovar a Previdência, em 2017. Questões políticas e depois a intervenção federal (na área de segurança) no Rio de Janeiro foram supervenientes.

Na campanha, o senhor afirmava que o então candidato Jair Bolsonaro não sabia nada de economia. Agora presidente, Bolsonaro pode não saber de economia?

Sim, desde que ele tenha uma equipe boa e tome as decisões adequadas. Vou lembrar aqui o jogador Didi e sua frase histórica: "treino é treino, jogo é jogo".

O senhor foi chamado para o governo Bolsonaro?

Não. Fui chamado pelo Doria mesmo. / A.F. e COLABOROU PEDRO VENCESLAU

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/12/2018

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Vencedora de leilão da Eletrobras trava disputa com gigantes de combustíveis

Empresa Atem é acusada de concorrência desleal por isenção fiscal; grupo nega irregularidades

Vencedora de dois leilões recentes da Eletrobras, a empresa amazonense Atem, de distribuição de combustíveis, é acusada por grandes empresas do setor de praticar concorrência desleal.

A Amazônia energia, importadora de combustível do mesmo grupo da Atem, conseguiu, em agosto de 2017, uma decisão provisória que a isenta de pagar PIS/Cofins na importação de combustíveis na Zona Franca de Manaus.

Essa liminar, em vigor até hoje, seria irregular e teria ajudado a Atem a expandir sua atuação no mercado desde então, segundo a Plural (Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, que inclui Petrobras, Ipiranga, Raízen, entre outras).

Além de atuar no setor de combustíveis, a Atem participa de um consórcio com a Oliveira energia, companhia também amazonense de geração de energia.

Nos últimos cinco meses, as empresas até então pouco conhecidas no mercado de energia elétrica se tornaram agentes relevantes do segmento de distribuição ao arrematar duas empresas da Eletrobras.

O consórcio venceu o leilão da distribuidora da Eletrobras em Roraima, a Boa Vista energia, em agosto deste ano e, na segunda-feira (10), levou outra distribuidora da estatal, no Amazonas.

Em junho deste ano, antes de vencer os leilões, a Atem também havia firmado um contrato com a Boa Vista energia no valor de R\$ 1,05 bilhão para fornecer óleo diesel às usinas térmicas da distribuidora.

A empresa foi selecionada em licitação, por apresentar o menor preço.

A Atem afirma que o benefício fiscal recebido por liminar é respaldado pela legislação e que não há prática de concorrência desleal porque a isenção não tem sido repassada ao preço final do combustível.

“A decisão judicial, se fosse equivocada, já teria caído”, afirma Antônio Sampaio Nunes, gestor jurídico do grupo.

Ele diz que os recursos referentes à isenção estão guardados em uma conta separada, dentro da empresa. “Não mexemos nesse valor enquanto não tiver trânsito em julgado [julgamento definitivo]”, diz ele, que garante que, caso percam a ação, todo o dinheiro será devolvido.

Um pedido de suspensão da liminar que dá o benefício fiscal já chegou ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), que negou o pedido.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, responsável pela ação, deverá recorrer, segundo a Plural, que está na ação como amicus curiae (interessada na causa). A Petrobras, que acaba de entrar no processo, também como parte interessada, não quis comentar o assunto.

Já o julgamento sobre a concessão definitiva do benefício fiscal está parado há cerca de um ano no TRF1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região).

Outras distribuidoras de combustível que tentaram a mesma isenção obtida pela empresa amazonense tiveram seus pedidos negados, afirma Luciano Godoy, representante da Plural e sócio do escritório Pearlman Vidigal Godoy Advogados.

“Há uma questão de concorrência antiética muito séria. Com preço artificialmente mais baixo, a empresa praticamente triplicou sua participação no mercado [de distribuição de combustível] da região Norte [do país]”, diz ele.

O advogado ainda afirma que foram encontrados indícios de que o combustível importado estaria sendo desviado para fora da Zona Franca de Manaus, para áreas não abrangidas por qualquer benefício fiscal. “O volume importado era maior do que todo o combustível consumido na região”, diz Godoy.

A Atem nega a suposta fraude e diz que todo o combustível importado que não é consumido na Zona Franca é repassado a outras cidades onde a empresa atua, mas com a devida cobrança dos impostos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/12/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Eletrobrás avança na venda de distribuidoras

Depois de vender, entre julho e agosto, o controle das distribuidoras Eletroacre, Boa Vista e Ceron, da Região Norte, e a Cepisa, da Região Nordeste, a Eletrobrás se desfez, há pouco, da Amazonas energia, a mais problemática das distribuidoras sob controle da estatal, que atende cerca de 900 mil consumidores de 62 municípios.

Do total de seis distribuidoras listadas para venda pela Eletrobrás, falta apenas alienar a Companhia Energética de Alagoas (Ceal), cujo leilão está marcado para a semana que vem. A distribuição de energia é uma fonte histórica de ônus para a Eletrobrás.

Com prejuízos enormes, de R\$ 10,2 bilhões em 2016, além de um patrimônio líquido negativo de R\$ 9,3 bilhões naquele ano, a Amazonas energia foi vendida a um consórcio formado pelas empresas Oliveira energia e Atem pelo valor simbólico de R\$ 50 mil. Aos compradores caberá aportar imediatamente R\$ 492 milhões à companhia e investir R\$ 2,7 bilhões nos próximos cinco anos. Outros custos serão tão grandes ou maiores.

A Eletrobrás assumiu R\$ 13 bilhões dos passivos acumulados pela Amazonas energia, em parte constituídos por dívidas com a Petrobrás. E os compradores assumirão outras dívidas no montante de R\$ 2,2 bilhões. Se não vendesse a Amazonas energia, a Eletrobrás deixaria para o próximo governo o compromisso de cobrir um rombo de R\$ 5 bilhões.

Os números são representativos da má gestão dessa companhia estatal. Os maiores obstáculos à venda das distribuidoras da Eletrobrás foram o interesse das corporações de se manter à sombra do Estado e a reação de políticos habituados a indicar representantes para os melhores empregos oferecidos pelas companhias. Ações judiciais recentes foram movidas por sindicatos locais com vistas a interromper o processo de privatização da Amazonas energia.

O Tribunal Regional do Trabalho da 1.^a Região (TRF1) chegou a determinar, minutos após o término do leilão, a suspensão da venda, sob alegação de que os empregados da companhia não haviam sido consultados sobre a alienação. A venda das distribuidoras mais problemáticas da Eletrobrás elimina uma fonte de prejuízos para a estatal.

Poderá, ainda, favorecer a desestatização da holding elétrica federal, se for essa a opção do próximo governo. O atual governo tentou, sem sucesso, vender o controle da Eletrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/12/2018

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: O dever de agir

Em maio deste ano, caminhoneiros paralisaram o País por dez dias. No início, protestavam contra o preço do óleo diesel, mas, com o tempo, ampliaram suas reivindicações. Ao fim, já não era possível afirmar com precisão quais eram suas demandas. Bem conhecidas ficaram as consequências das paralisações. O governo demorou a agir e o bloqueio das estradas provocou o caos. A economia foi seriamente afetada. O Ministério da Fazenda estimou perdas de R\$ 15,9 bilhões decorrentes da paralisação dos caminhoneiros. Houve desabastecimento de combustíveis e alimentos, e muitas pessoas foram tolhidas em seu direito de ir e vir.

Agora, os caminhoneiros ensaiam nova paralisação. O motivo imediato é a liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedida no dia 7 de dezembro, que suspendeu a aplicação de multas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) às empresas que descumprirem os preços mínimos estabelecidos na tabela de frete para o transporte de mercadorias por caminhões.

No dia 10 de dezembro, houve protestos em três Estados contra a decisão do ministro Luiz Fux. Foram registradas manifestações na Via Dutra na altura de Barra Mansa, no acesso ao Porto de Santos (SP), em Pindamonhangaba (SP) e em Minas Gerais. Na Via Dutra, um caminhoneiro foi ferido na testa por uma pedra jogada contra seu veículo por alguns piqueteiros. Agentes da Polícia Rodoviária Federal precisaram utilizar armas de choque para controlar o distúrbio e dois manifestantes foram presos. Houve congestionamentos e as paralisações afetaram o abastecimento da Ceasa do Rio de Janeiro.

Diante do atual risco de novas paralisações por parte dos caminhoneiros, não cabe ao governo alegar, como em maio passado, que foi surpreendido. Se naquela ocasião já foi difícil entender como o governo não previu as dimensões e as consequências do movimento dos caminhoneiros, agora são notórios os danos que podem ser causados por bloqueios nas estradas.

O País tem muito a perder se o governo não atuar com a devida diligência. É imperioso, portanto, impedir que o País fique refém uma vez mais de uma categoria profissional. Não cabe tolerar nenhum início de piquete ou paralisação nas estradas. É preciso, também, com a ajuda dos órgãos de inteligência, identificar as pessoas que coordenam, planejam e estimulam essas criminosas paralisações.

Sendo conhecida a ousadia dos caminhoneiros – não temem parar o País como forma de impor suas reivindicações –, seria criminoso que o poder público se omitisse na sua tarefa de zelar pela paz e ordem pública. Não cabem desculpas. O Estado tem os meios legais para atuar a tempo, prevendo e impedindo bloqueios, ataques e piquetes.

Num Estado de Direito, bloquear estradas não é um meio legítimo para reivindicações políticas. Até porque, como se viu em maio deste ano, a paralisação de caminhoneiros pode causar danos irreversíveis ao País. Foram muitos os setores da economia que se viram seriamente afetados pelo bloqueio das estradas e pela falta de combustíveis. Sofreram consequências especialmente graves a pecuária, a agricultura, o comércio e a construção civil. Houve também desabastecimento de remédios e insumos farmacêuticos em hospitais e postos de saúde.

É inaceitável deixar o País refém da chantagem de alguns membros de determinada categoria profissional. Além do mais, a tabela de fretes mínimos é acintosamente inconstitucional, já que afronta o princípio da livre iniciativa. Não há, assim, nenhum sentido em tolerar a violência de quem deseja impor pela força medidas inconstitucionais. Todos devem se submeter à lei, sem nenhuma exceção. Por isso, todos têm direito de manifestar-se e de reivindicar suas pretensões, mas ninguém tem o direito de travar o País. Cabe ao ministro Fux,

em primeiro lugar, dar sequência ao julgamento que interrompeu. E cabe ao Poder Executivo, se o Judiciário não o fizer, revogar a medida inconstitucional que patrocinou e que só pode produzir maus frutos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/12/2018

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Preços livres

No site da Agência Nacional do Petróleo (ANP), lê-se que, "desde 2002, vigora no Brasil o regime de liberdade de preços em toda a cadeia de produção, distribuição e revenda de combustíveis e derivados de petróleo". Isso significa, continua o texto, "que não há qualquer tipo de tabelamento nem fixação de valores máximos e mínimos, ou qualquer exigência de autorização oficial prévia para reajustes". Mesmo assim, a própria ANP, no dia 27 passado, exigiu "esclarecimentos" das principais empresas distribuidoras "sobre os preços dos combustíveis". Segundo a agência, "foi observada uma redução significativa de preços da gasolina pela Petrobrás sem que essa decisão tenha chegado ao consumidor final".

Na mesma nota, a ANP faz contas para mostrar que, embora o preço pago pelas distribuidoras à Petrobrás pelo litro da gasolina tenha caído R\$ 0,51 nos últimos dois meses, "só cerca de R\$ 0,26 foram repassados pelas distribuidoras" e "o consumidor final, por sua vez, somente constatou uma redução da ordem de R\$ 0,10 nos preços praticados na bomba". A ANP deu prazo para as empresas se explicarem e disse agir somente em atendimento à sua "atribuição legal" de "zelar pela proteção do consumidor quanto a preços, qualidade e oferta de produtos".

De fato, a Lei 9.478/97, que instituiu a ANP, confere à agência o dever de proteger os interesses do consumidor quanto aos preços, mas a mesma lei estabelece a vigência da livre concorrência no setor. Ou seja, depreende-se que a agência deve estar atenta a uma eventual formação de cartel – acordo entre concorrentes para padronizar os preços em detrimento do consumidor. Se não for esse o caso – e o comunicado da ANP não menciona tal hipótese –, então a agência está indo além de suas atribuições ao questionar preços que não estão nem podem estar sob controle.

É o caso de questionar se a ANP pretende ditar os preços dos combustíveis para o consumidor de acordo com sua planilha de cálculos. Ora, num mercado livre, esses preços são determinados por vários fatores, mas apenas um deles é controlado pelo governo: o peso dos impostos – que, no caso dos combustíveis, chega a mais de 40% do preço final. Então, se quisesse mesmo saber por que o preço dos combustíveis para o consumidor final não cai como acha que deveria, a ANP talvez devesse questionar em primeiro lugar não os postos de gasolina, mas o Fisco.

Sempre que o Estado se dispôs a determinar preços de mercado, como é o caso dos combustíveis, desorganizou a economia. É preciso relembrar o épico desastre protagonizado pelo Plano Cruzado (1986), cujo esteio era justamente o controle artificial de preços, medida que gerou grave desabastecimento. Deveria ter ficado claro que não se revogam leis básicas da economia, especialmente a que diz que o preço é reflexo da disponibilidade do produto. Uma vez controlado, o preço deixa de cumprir essa função, desorientando produtores e consumidores.

Lição tão básica foi ignorada no governo de Dilma Rousseff, que mandou a Petrobrás subsidiar o preço dos combustíveis na tentativa desesperada de controlar a inflação. A manobra não apenas falhou em relação à inflação, como foi responsável por parte significativa da depauperação da Petrobrás.

Na recente greve dos caminhoneiros, a ilusão de que é possível controlar o mercado se renovou, quando o governo mandou reduzir na marra os preços do diesel para agradar aos motoristas. Um ministro chegou a dizer que usaria "todo o poder de polícia" para esse fim, lembrando os funestos tempos dos "fiscais do Sarney" do Plano Cruzado.

Mas a ideia de que o mercado pode ser levado a dobrar-se às vontades da burocracia estatal infelizmente continua firme, como se depreende da exigência da ANP em relação aos postos de combustíveis. O único interesse do consumidor, que a ANP deve legalmente proteger, é que haja combustível de boa qualidade nas bombas quando o motorista for abastecer seu veículo, e isso só vai acontecer se os postos puderem cobrar de acordo com seus custos e com a demanda.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 12/12/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Energia: custo é desafio**

Os desafios do Ministério de Minas e Energia (MME) no novo governo serão enormes para reduzir o custo da energia elétrica, revisar o contrato de cessão onerosa de reservas do pré-sal e definir o futuro de Itaipu, elencou ontem o próximo titular da pasta, almirante Bento Costa Lima de Albuquerque Júnior. “Temos de fornecer energia mais barata para os consumidores e para aqueles que estão investindo no país e vão começar a crescer. Mas os desafios não são só no setor elétrico, passam pela mineração e por óleo e gás, que têm a questão da cessão onerosa. Daqui a pouco também teremos de discutir o anexo C do contrato de Itaipu (parte financeira, cujos termos serão revisados em 2023)”, afirmou.

O Almirante participou da cerimônia de posse da nova diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Elisa Bastos, que ocupará a cadeira deixada por Tiago Correia. Aos 35 anos, ela será a segunda mulher a ocupar a diretoria do órgão regulador em 21 anos. Elisa atuou na assessoria especial de Assuntos Econômicos do MME, é analista de sistemas, com mestrado e doutorado em planejamento de sistemas energéticos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e passou pela Companhia Energética de Goiás (Celg), hoje Enel Distribuição.

No discurso de posse, Elisa defendeu a maior participação das mulheres no setor elétrico. “Temos 240 servidores que exercem chefia na agência e só 21% são mulheres. É preciso criar um ambiente de maior participação feminina”, disse. E brincou: “#simelasexistem”. A diretora destacou que o atual modelo do setor elétrico precisa ser aprimorado e, para isso, é necessário criar um ambiente regulatório estável, que incentive investimentos. “Temos de ter um olhar atento na adequação de normas, nas forças do mercado e na alavanca tecnológica, que altera o modelo de negócios”, assinalou.

Segundo ela, estabilidade jurídica não é suficiente, e urge classificar e consolidar o estoque regulatório. “É preciso aprender com erros e buscar soluções, porque o setor tem significativa judicialização. Isso aumenta o risco e eleva o custo do capital para novos investimentos. A Aneel terá papel protagonista para lidar com esses desafios e conflitos”, prometeu.

Emaranhado

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, reafirmou o compromisso da agência de reduzir a conta de energia. “As tarifas estão elevadas frente ao poder de compra dos brasileiros. Estamos debatendo os subsídios da conta, porque temos um emaranhado de encargos e impostos, que precisam ser ajustados para melhorar a competitividade do setor produtivo e baixar o custo da energia”, afirmou. “O desafio não é pouco, mas agora temos o colegiado completo”, acrescentou.

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, disse que trabalhou muito pela indicação da Elisa Bastos. “O MME entrega à Aneel um dos seus melhores quadros técnicos”, completou.

Investimentos

O Consórcio Oliveira Energia/Atem, que arrematou a Amazonas Energia em leilão na segunda-feira, assinou ontem o contrato de concessão para prestação de serviços da distribuidora da Boa Vista Energia, de Roraima cujo certame também foi vencido pelo grupo. O grupo terá de investir mais de R\$ 3 bilhões nas duas empresas. Segundo o presidente da Oliveira Energia, Orsine Oliveira, mais dois sócios vão se unir ao consórcio para tocar a Amazonas Energia, a mais endividada das ex-subsidiárias da Eletrobras. O leilão de segunda-feira é contestado por liminar judicial que, segundo a Eletrobras, não anula o negócio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Amazonas Energia terá sócios do setor financeiro

O consórcio Oliveira/Atem, vencedor do leilão de venda do controle da Amazonas Energia, deve contar com a entrada de dois sócios do setor financeiro que vão ajudar a levantar recursos para investir na concessão. Ontem, o presidente da Oliveira Energia, Orsine Oliveira, disse que ainda não pode divulgar o nome dos agentes. “Serão do setor financeiro. Quem tem de ser sócio de pobre é banco”, afirmou o executivo que é um dos sócios no consórcio.

Somente nos primeiros cinco anos, os novos controladores deverão investir R\$ 2,7 bilhões para recuperar a qualidade do serviço de distribuição de energia no Amazonas. Oliveira admitiu que não tem ainda todo o dinheiro para fazer o

aporte inicial. "Não, porque eu não sou multimilionário", descontraíu ao falar com jornalistas.

Na distribuidora amazonense, a Oliveira/Atem terá que desembolsar R\$ 500 milhões em 90 dias. Ele disse que outros R\$ 175 milhões já foram aportados na Boa Vista Energia, outra distribuidora arrematada pelo mesmo consórcio em leilão de privatização.

"Esse dinheiro fica para mover a companhia durante o ano de 2020. Em 2021, a gente vai atrás de aporte dos bancos. Quem tem dinheiro para investir nas empresas são os bancos", disse.

O executivo afirmou ainda que, após o leilão, mudou o sentimento de desconfiança em relação ao consórcio Oliveira/Atem - sem tradição no segmento de distribuição, apenas na geração de energia nos sistemas isolados de Roraima e Amazonas. "Para vocês terem ideia do potencial que tem essa privatização, nesses dois últimos dias a gente tinha a impressão de que não ia ter ajuda de banco nenhum. Depois do leilão, tem dez [bancos interessados]", disse.

O leilão de privatização da Amazonas Energia foi realizado segunda-feira. Para Oliveira, a ordem judicial de suspender licitação, após a sessão pública, não afetou o processo. "É uma ação antiga e o leilão está garantido", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Aval do TCU basta para cessão onerosa, diz Félix

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, disse que a área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) entende que o simples aval do órgão é suficiente para o governo realizar o megaleilão da reserva excedente do contrato de cessão onerosa firmado com a Petrobras.

A declaração do secretário foi dada ao ser questionado sobre a necessidade de aprovar no Senado o projeto de lei que facilitaria o acordo entre a União e a Petrobras sobre o contrato da cessão onerosa e garantia, por consequência, maior segurança jurídica à licitação das grandes reservas. O certame pode

render receita para União de até R\$ 100 bilhões em bônus de assinatura a serem pagos pelas petroleiras vencedoras.

"O projeto de lei é bem-vindo, mas há controvérsia se ele é necessário. O TCU, na área técnica, tem o entendimento de que a interpretação deles é suficiente", afirmou Félix, depois de participar da solenidade de posse da nova diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Elisa Bastos.

Para o secretário, o processo do TCU sobre cessão onerosa que foi pautado para sessão de julgamento, programada para amanhã, ainda não deve liberar a assinatura do termo aditivo ao contrato. "Provavelmente, o tribunal vai marcar uma posição sobre em que ponto está na análise. Acredito que não vai dar uma posição final", afirmou. Segundo ele, a corte de contas pode pedir informações mais detalhadas sobre a negociação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Com receita de R\$ 2,4 bilhões em 2018, Comerc diversifica e aposta em baterias

A Comerc Energia, comercializadora e gestora de energia, prevê concluir 2018 com faturamento de R\$ 2,4 bilhões, crescimento de 33% em relação a 2017, quando a receita somou R\$ 1,8 bilhão.

Para 2019, a Comerc estima investir R\$ 69 milhões, sendo que a maior parte deve ter como destino a diversificação da sua atuação, com projetos em eficiência energética e armazenamento de energia em baterias. A meta é ampliar o faturamento em 20% no ano que vem, quando a carteira de negócios deve crescer 30%.

Um de seus focos será o negócio de baterias para armazenamento de energia, na qual já atua por meio da Micropower Comerc, empresa lançada no começo do ano para atuar no segmento.

A Comerc já fechou contrato para três projetos piloto para uso de baterias, disse ontem Christopher Vlavianos, presidente da companhia. "Estamos fazendo

exatamente para testar o funcionamento do software e da bateria", disse o executivo, durante evento com a imprensa.

A ideia, por enquanto, é utilizar a bateria como um complemento do fornecimento de energia do cliente. Um dos projetos piloto ficará na capital paulista. O consumidor, que está no mercado cativo (da distribuidora), vai carregar a bateria fora do horário de pico, quando a tarifa é mais barata. A descarga será durante o pico, substituindo o uso de energia mais cara pelo cliente.

"Você usa a modulação na bateria na ponta e também pode usar como backup para o cliente", explicou Vlavianos. A bateria substitui um gerador a diesel.

A remuneração do investimento será feita por meio da economia que o cliente terá. Por enquanto, ao menos nesses primeiros projetos, a bateria será de propriedade da Comerc. Isso pode mudar se o consumidor quiser adquirir a tecnologia, que é importada de vários fornecedores parceiros.

Para estruturar esse negócio, Vlavianos trouxe Marco Krapels, ex-vice-presidente da Tesla Energy e ex-vice-presidente executivo de estratégia e mercados globais da SolarCity. "O futuro da energia é empoderar o consumidor para que ele decida quando usá-la", disse Krapels.

"O preço da bateria vai cair mais rápido que o da solar. Já caiu 50% nos últimos cinco anos, e vai cair outros 50% nos próximos três. Começamos, em 2019, com projetos no mercado cativo, mas, em 2020, queremos entrar também no mercado livre", disse Krapels.

No mercado livre, a ideia da Comerc é aproveitar o preço-horário para fazer com que o uso das baterias ofereça uma economia maior ainda. Hoje, o preço do mercado à vista de energia é calculado semanalmente. A partir de 2020, o preço será horário, mais barato durante a madrugada, quando o consumo é menor. O software desenvolvido pela Comerc será destaque neste momento, pois vai calcular o melhor momento para que a bateria seja carregada.

Além dos negócios em outros segmentos, a Comerc segue investindo em eficiência energética e na comercialização de energia. A companhia calcula que seus clientes vão terminar 2018 com uma economia de R\$ 2,7 bilhões em relação às despesas que teriam com energia caso estivessem no ambiente regulado, das distribuidoras. O montante é 50% maior que a economia apurada no ano passado, de R\$ 1,79 bilhão.

A companhia tem hoje participação de 15% no mercado livre de energia e de 5% de toda a energia consumida do Brasil, ao alcançar mais de 3 mil megawatts (MW) médios gerenciados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Fernanda Pires

Título: Retomada de obras, desestatizações e relação com caminhoneiros são prioridades

O futuro Ministério da Infraestrutura do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) irá priorizar quatro frentes de atuação. A continuidade do programa de desestatizações; a resolução de problemas de concessões malsucedidas; a retomada de obras públicas paradas; e o fim da permanente tensão entre setor privado e caminhoneiros.

"O ministério tem como implementar uma série de medidas para aumentar a renda do caminhoneiro e tornar o ambiente mais saudável", afirmou ao Valor o futuro ministro da pasta, Tarcísio Gomes de Freitas.

Atual secretário de coordenação de projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), cuja missão é deslanchar projetos de infraestrutura no país com a iniciativa privada, Freitas disse que virão "mais parcerias, mais concessões de rodovias, ferrovias, arrendamentos de portos e mais aeroportos".

Ao fim de quatro anos, afirmou, "teremos repassado toda a rede da Infraero à iniciativa privada". A empresa será liquidada.

De acordo com ele, ainda em dezembro serão publicados mais seis editais para arrendamentos portuários. Estão na rua outros 17 editais referentes à subconcessão da Ferrovia Norte-Sul, à licitação de 12 aeroportos e ao arrendamento de quatro terminais portuários. Os leilões serão realizados em março.

Criado pelo presidente Michel Temer (MDB) há dois anos e meio, o PPI realizou até agora 106 leilões com investimentos contratados que somam R\$ 236 bilhões, além de quase R\$ 50 bilhões de outorgas arrecadadas pelo Tesouro.

Freitas destacou ainda a necessidade de um ambiente que garanta segurança jurídica. "Segurança jurídica não é uma entidade etérea, é algo concreto e precisamos colocar na agenda legislativa", afirmou, destacando um pacote que inclui a atualização da lei que trata das desapropriações, a modernização da lei de licitações e de licenciamento ambiental e as regras de comercialização de energia. "É uma pauta que precisa ser enfrentada pelo Parlamento", concluiu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Fernanda Pires

Título: Crise fiscal se aprofunda com desrespeito à LRF

Cabe ao presidente Michel Temer vetar o projeto de lei complementar aprovado pelo Congresso que exime de punição os prefeitos que ultrapassaram os limites legais de gastos com pessoal quando as receitas declinarem 10%, por isenções concedidas pela União ou pela redução dos ingressos decorrentes de royalties e participações especiais. Seria ao menos uma rejeição moral a uma mudança da Lei de Responsabilidade Fiscal, já desrespeitada por Estados e municípios e a caminho de se tornar letra morta.

As finanças de Estados e municípios estão fora de controle, mas boa parte dos desequilíbrios não pode ser debitada apenas à severa recessão que se estendeu de 2014 a 2016. Mesmo no período de crescimento anterior, as despesas dos entes federativos aumentavam, em especial as das folhas de salários. A lei de responsabilidade estabelece punições objetivas para quem ultrapassar os limites da prudência fiscal - proibição de contratação de novos créditos, suspensão dos repasses dos fundos de participação, cortes de pessoal, proibição de contratações etc.

Não houve interesse político, por mais de uma década, em manter as contas saudáveis, independentemente da orientação dos partidos que comandavam

Estados e municípios, salvo honrosas exceções, como a do Espírito Santo. Os políticos sempre foram pródigos com dinheiro alheio, mas o descalabro financeiro chegou aonde chegou por vários motivos e um dos mais importantes foi a condescendência geral dos órgãos de fiscalização, como os Tribunais de Contas. No caso mais grave, o do Rio de Janeiro, quase todo o TCE - o presidente e 4 conselheiros - foi parar atrás das grades, não só porque nada fiscalizavam, mas porque participavam ativamente dos benefícios da bilionária rede de corrupção do então governador Sergio Cabral.

O perdão para a má gestão fiscal que o projeto que está nas mãos de Temer possibilita não para em pé. A suspensão de penas quando ocorrer a queda das receitas de 10% e o limite de 60% de despesas com pessoal for atingido significa que, antes da redução dos ingressos as despesas com pessoal já estavam no limite prudencial de 54% - ou os 90% do limite previstos pela LRF - e já não deveriam ter chegado a tanto. A situação é mais crítica nos municípios que dependem dos royalties do petróleo, cujas receitas foram do céu ao inferno em um par de anos, pela queda dos preços da commodity. Muitos deles fizeram o que os manuais não recomendam fazer: empilhar gastos permanentes sobre fontes de arrecadação variável. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, 25% dos 5.570 municípios do país dispndia mais com salários do que o permitido por lei.

Em tese, o aumento de gasto com pessoal pelo menos poderia ter como lado positivo o melhor atendimento ena maior oferta de serviços básicos vitais à população. Não é o que acontece. Segundo o ranking de eficiência dos municípios publicado pela Folha de S. Paulo, quanto maiores as despesas com a folha de pagamentos, menor a eficiência dos serviços prestados (9 de dezembro).

O desequilíbrio financeiro dos Estados também, é enorme. Contrariando a LRF, vários deles contabilizaram despesas com pessoal excluindo os gastos com inativos, e outros truques. Quando a conta foi posta na mesa, viu-se um rombo majestoso, de R\$ 86,3 bilhões em 2017, aumento de 258% em relação a 2006 (O Globo, 9 de dezembro). As despesas com inativos cresceram, em termos reais, 93%.

Vários Estados ganharam o direito de pagar dívidas já renegociadas por mais 20 anos - meio século depois de repactuadas. Ainda assim sequer cumprem o ajuste fiscal exigido em contrapartida à extensão do pagamento. Isso depois de a LRF estender o prazo dos ajustes toda vez que a economia crescesse abaixo de

1% e estabelecer mecanismos para que, uma vez ultrapassados os limites das dívidas, eles pudessem ser reduzidos. No caso dos Estados, há a avalanche das despesas previdenciárias. Em 2017, somaram o dobro das despesas com saúde e educação - R\$ 93,9 bilhões ante R\$ 41,7 bilhões (O Globo, 10 de dezembro).

O novo governo esteve perto de ser seduzido pelo apelo dos Estados por mais dinheiro, sem contrapartidas, de transferir 20% do dinheiro a ser obtido pela venda do petróleo da cessão onerosa da Petrobras. Mais do que dinheiro, o desafio do próximo presidente é fechar as lacunas da LRF e evitar seu fim. "A questão hoje é que não se sabe mais o que vale e o que não vale", diz José Roberto Afonso, um dos autores da lei. Na dúvida, gasta-se sempre mais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/12/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Qualiman rompe contrato

A Qualiman, que atua na construção da refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, desde o ano passado, rompeu o contrato com a Petrobras e demitiu 1.200 funcionários. A decisão foi informada ao Sindicato da Construção Pesada em Pernambuco (Sintepav-PE). A empresa disse ao sindicato que o não cumprimento de obrigações contratuais por parte da estatal teria lhe causado prejuízo de mais de R\$ 100 milhões neste ano. A Qualiman atuava na construção da unidade de tratamento de gases (Snox) da refinaria, que anteriormente era de responsabilidade da Alumini, mas o contrato entre as empresas foi rescindido em 2015. A Petrobras confirmou ter recebido no domingo a notificação de rescisão contratual. A estatal garante ter cumprido todos os requisitos e obrigações contratuais e acrescentou que está tomando as medidas cabíveis e avaliando alternativas para a retomada das obras. "A empresa [Qualiman] alegou dificuldades financeiras de prosseguir com as obras do empreendimento. A Petrobras esclarece que cumpriu todos os requisitos e obrigações contratuais com a Qualiman Engenharia e Montagens. A companhia

está tomando as medidas cabíveis e avaliando alternativas para a retomada das obras", informou a estatal.

Minério mantém queda

Os preços do minério de ferro estenderam as perdas que vêm sendo registradas desde a quinta-feira e encerraram ontem em leve baixa, apesar da relativa estabilidade no mercado de futuros. Segundo a publicação especializada "Metal Bulletin", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao recuou US\$ 0,15, ou 0,22%, para US\$ 65,97 a tonelada. Os preços à vista de bobinas laminadas a quente na China mostraram baixa entre 10 e 50 yuans, enquanto os contratos futuros de aço e minério de ferro sustentaram tendência de alta durante o dia. Já o comércio de minério de ferro à vista não foi considerado ruim nos portos chineses. Na Bolsa de Commodities de Dalian, o contrato de minério para maio fechou a 474,50 yuans, alta de apenas 1 yuan.

Investigação do Cade

A Superintendência-Geral do Cade abriu processo para apurar suposto abuso de posição dominante da Portonave - Terminais Portuários de Navegantes e da APM Terminals Itajaí. As duas operam no complexo portuário de Itajaí (SC). Elas estariam cobrando indevidamente dos recintos alfandegados independentes taxa adicional à tarifa básica, a THC2, para a movimentação em solo de cargas importadas.

Produção da Anglo

A mineradora Anglo American informou ontem que a produção em 2018 deve ficar 2% acima do que o esperado inicialmente, enquanto os custos devem ser 5% menores. Em comunicado que apresenta os dados, o diretor-presidente, Mark Cutifani, disse que o desempenho da empresa está sendo beneficiado pelo processo de melhoria na qualidade dos ativos nos últimos cinco anos. "Nós criamos um negócio altamente competitivo, com a Anglo American ficando entre as melhores empresas da indústria em termos de margem", disse o executivo. Para 2019, a expectativa da Anglo American é de crescimento de 3% da produção, com a inflação de custos sendo completamente absorvida por ganhos de produtividade e melhora na estrutura de custos. A mineradora também projeta aumento de 5% da produção em 2020 e 2021.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Cibelle Bouças, Flávia Furlan e Cynthia Malta****Título: Avianca pede recuperação judicial e não perde aviões**

A Avianca, companhia aérea controlada pelos irmãos Gérman Efromovich e José Efromovich, protocolou na noite de segunda-feira o pedido de recuperação judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. O valor da dívida, segundo a lista de credores anexada ao processo, é de R\$ 493,9 milhões.

O pedido foi protocolado pela Avianca Brasil e pela holding operacional AVB. Na petição, a companhia informou que também vai pedir recuperação judicial nos Estados Unidos. O objetivo é evitar que os bens de capital essenciais ao exercício da atividade econômica da empresa não sejam retirados de sua posse direta.

Os maiores credores da Avianca Brasil são Petrobras, com dívida de R\$ 60,7 milhões, Departamento de Controle do Espaço Aéreo (R\$ 49,9 milhões), GE Celma (R\$ 48,5 milhões), Pratt & Whitney (28,9 milhões), Aeroporto de Guarulhos (R\$ 26,7 milhões), Goodrich (R\$ 12,4 milhões), Infraero (R\$ 17,7 milhões), Air BP (R\$ 17,6 milhões) e Swissport (R\$ 17,0 milhões).

A Avianca solicitou que o pedido seja avaliado com urgência pela Justiça. A empresa também pediu, e ganhou, a tutela antecipada de aviões que são alvo de disputas judiciais. Na noite de ontem, o juiz Tiago Henriques Papaterra Limongi, da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, concedeu a tutela provisória de urgência de 14 aeronaves.

São aviões arrendados à Avianca pelas empresas BOC Aviation e Infinity Transportation. As duas empresas conseguiram na Justiça a reintegração de posse das aeronaves, por falta de pagamentos.

Na decisão, o juiz também determinou a suspensão das ações de reintegração de posse de aeronaves, que tramitam nas 5ª, 12ª e 31ª Varas Cíveis do Foro Central da Comarca da Capital, bem como de futuras ações buscando apreender aeronaves ou motores.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), segundo o despacho do juiz, deve manter "provisória e cautelarmente" todas as concessões e autorizações concedidas à Avianca. A Anac não foi notificada sobre a recuperação judicial da Avianca e solicitou esclarecimentos à empresa sobre a prestação de assistência aos passageiros que poderão ser impactados com um eventual reajuste de malha.

O juiz determinou ainda que os aeroportos usados pela Avianca devem permitir o acesso a toda a infraestrutura e aos serviços aeroportuários. Dessa forma, a companhia poderá operar normalmente, enquanto o pedido de recuperação judicial é analisado.

A Avianca vem negociando com diversas companhias de leasing há mais de um mês. O plano da empresa era, segundo informou, devolver oito aviões às empresas de arrendamento. Na petição, a Avianca relatou que as empresas de leasing BOC, Infinity e Constitution estavam pedindo de volta 14 aeronaves. Esta devolução, se fosse feita, representaria corte de 30% da frota, composta de 48 aviões.

Fonte familiarizada com a situação da empresa disse que o número de pedidos de devolução é ainda maior: existem pedidos para reintegração de 26 aeronaves e 52 motores. Ontem, a Aircastle, empresa de leasing operacional de aeronaves, com base em Connecticut, pediu a devolução de 11 aeronaves em uso pela Avianca. A Aircastle seria a última empresa de leasing com a qual a Avianca tentava chegar a um acordo.

Pela legislação vigente, as dívidas com as empresas de leasing não entram na recuperação judicial. Isso significa que as empresas que arrendaram aeronaves podem obter os aviões de volta. Para fonte do setor, a empresa busca apenas ganhar tempo com o pedido de tutela antecipada.

Também há suspeita de que a dívida seja maior do que o relatado no pedido de recuperação judicial. Uma fonte próxima da companhia disse que somente as dívidas com as empresas de leasing de aeronaves somam R\$ 430 milhões. As dívidas com aeroportos brasileiros somam aproximadamente R\$ 100 milhões. Somando outros credores, a dívida da Avianca superaria R\$ 600 milhões.

Em outro processo, também aberto na Justiça de São Paulo, desta vez contra os irmãos José e Germán Efromovich, donos da companhia aérea, as seguradoras Fator e Chubb ganharam o direito de reaver R\$ 200 milhões. O dinheiro faz parte de contrato fechado com o estaleiro Ilha S.A., de propriedade dos irmãos.

Como os dois não tinham bens em seus nomes, o Tribunal de Justiça acatou pedido da defesa para arrestar ações da Avianca. Cabe recurso no Superior Tribunal de Justiça.

Após a notícia de que a Avianca havia pedido recuperação judicial, as seguradoras Fator e Chubb informaram que vão entrar com uma petição, requerendo a exclusão da holding do processo de recuperação judicial. Com isso, as seguradoras poderão continuar a execução das ações da Avianca, vendendo-as para pagar os créditos das seguradoras. Se o pedido for aceito, ficaria na recuperação judicial da Avianca outros ativos, como aviões e slots.

No primeiro semestre, a Avianca Brasil teve prejuízo líquido de R\$ 175,6 milhões, perda 24,4% superior ao mesmo período de 2017. Já a receita operacional bruta avançou 116% para R\$ 2,1 bilhões. A última linha do balanço foi afetada por aumento de custos operacionais e despesas financeiras.

No segundo trimestre, a companhia já havia feito uma captação com bancos para dar seguimento às suas operações. A Avianca captou R\$ 130,7 milhões com Banco ABC, Banco Daycoval, Banco Safra e Banco Fibra, com vencimentos entre 2018 e 2021. Os recursos foram usados para "aumento e modernização da frota, abertura de sucursais no exterior e ampliação de frequências e expansão da malha aérea."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/12/2018

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado, Lucas Hirata, Daniela Meibak e Victor Aguiar

Título: Mercados patinam em dia de instabilidade

O "cabo de guerra" entre a cautela no exterior e a busca por oportunidades de compra em ativos brasileiros dominou os negócios, trazendo uma onda de instabilidade para a bolsa e o dólar. No fim da sessão, o tom foi de relativo alívio, principalmente para as ações, mas o curto prazo deve continuar marcado pelo movimento errático do mercado, que opera na mira de 2019 e das reformas fiscais na frente doméstica.

O Ibovespa subiu 0,59%, aos 86.420 pontos, depois de avançar aos 87.520 pontos na máxima e cair aos 85.583 pontos na mínima. Já o dólar teve apenas uma pequena trégua, depois da firme escalada nos últimos cinco dias. Na mínima, a moeda caiu até R\$ 3,8890, mas fechou em R\$ 3,9213 (alta de 0,03%).

Sem elementos para direcionar o mercado do lado doméstico, o Ibovespa acaba operando "colado" à performance das praças internacionais. Dessa forma, a instabilidade vista no exterior acaba se replicando também sobre as ações. No entanto, a queda forte da véspera, que recolocou o Ibovespa no patamar dos 85 mil pontos, estimulou a entrada de algum fluxo, sobretudo para as ações dos bancos, como Bradesco (0,36% a ON e 1,16% a PN) e Itaú Unibanco (0,90%), além de Vale (0,80%). As ações da Petrobras tentaram, mas não resistiram ao ajuste: os dois papéis caíram 0,64%.

Lá fora, o ambiente segue oferecendo instabilidade para os países emergentes, em um contexto de permanência de dúvidas em relação às tensões comerciais entre EUA e China e ao crescimento mundial. Nesse contexto, o Ibovespa está mais suscetível à correção, já que acumula um dos melhores desempenhos globais no ano.

Não se pode dizer o mesmo para o câmbio, que tem ficado atrás de outros ativos locais em 2018. "O real tem muito espaço para recuperar o atraso se as perspectivas de reforma da Previdência melhorarem", dizem os estrategistas do Citi. A moeda brasileira é uma das principais apostas do banco para os mercados emergentes em 2019.

Neste fim de ano, entretanto, os investidores têm moderado o entusiasmo com a reforma diante de uma aparente falta de afinidade entre o presidente eleito, Jair Bolsonaro, e os líderes partidários do Congresso. Esse é o ponto de "maior vulnerabilidade" de Bolsonaro, reconhecem os especialistas do Citi. "Mas é uma falha que pode ser corrigida no início de seu mandato", acrescentam.

Enquanto o mercado aguarda por novidades da agenda macro, histórias corporativas específicas vão chamando a atenção. Entre os destaques, as ações da Eletrobras ficaram praticamente todo o dia em alta relevante, depois da bem-sucedida venda da distribuidora Amazonas Energia - um dos seus ativos mais problemáticos e ineficientes - para o consórcio Oliveira Energia e Atem. A ON subiu 3,91% e a PNB teve ganho de 3,28% ontem.

A elétrica perdeu espaço, no fim do pregão, para a Gol, que disparou 13,04%. O movimento tem características do chamado "short squeeze", ou seja, quando

investidores comprem ações no mercado à vista para cobrir posições a descoberto. A ação da Gol começou a subir durante a tarde, com aumento da demanda após a Avianca entrar com um processo na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. Isso, em tese, representa oportunidade de ganhos para as concorrentes, caso da Gol.

Na outra ponta, as ações da Suzano (queda de 3,81%) e outras companhias do setor de papel e celulose ficaram no destaque negativo do Ibovespa, reagindo à queda dos preços da celulose de fibra curta no cenário internacional.

MME / ASCOM .